



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004806-85.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Josiane Conceição dos Santos**  
Requerido: **Leandro Aparecido Pessini-me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido da ré um automóvel, dando como entrada do pagamento uma motocicleta que estava financiada e uma importância em dinheiro.

Alegou ainda que a ré se comprometeu a quitar o financiamento da motocicleta e a transferi-la ao seu nome, mas não o fez, tanto que acabou inserida perante órgãos de proteção ao crédito em função disso.

Almeja à condenação da ré a transferir a motocicleta tal como ajustado, além do ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

O contrato de fl. 14 confirma o negócio trazido à colação e denota na cláusula 4 que o pagamento a cargo da autora pela compra do automóvel consistiu em R\$ 1.500,00 e uma motocicleta, a título de entrada, com o financiamento do restante (R\$ 13.900,00).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o documento de fl. 16 atesta que a motocicleta estava alienada em nome de Aymoré Cred. Financ. e Invest. S/A.

Há uma primeira controvérsia em torno da ré saber ou não do financiamento pendente sobre a motocicleta e quanto ao tema não é crível que o desconhecesse.

Isso porque não se concebe que uma empresa que se dedique ao comércio de veículos receba um como parte do pagamento pela venda de outro sem cientificar-se plenamente de sua situação.

Como se não bastasse, a ré não se desincumbiu minimamente do ônus de demonstrar os fatos que alegou a propósito (depois de trinta dias da transação manteve contato com a autora, mas ela não compareceu para proceder à transferência da motocicleta mencionada, ao passo que somente após quarenta e cinco dias tomou ciência do financiamento sobre a mesma), seja por não amearhar um só indício em seu favor, seja porque não demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória quando instada especificamente a tanto (fl. 45).

Não obstante, entendo que os pleitos tal como formulados (e a decisão da causa está adstrita a isso) não podem ser acolhidos.

Quanto à imposição à ré de obrigação de fazer consistente em transferir para o seu nome a motocicleta aludida, a medida é de inviável implementação diante da existência do financiamento que pesa sobre ela.

Significa dizer se a ré não efetivasse a transferência não se poderia cogitar de no âmbito administrativo ser determinada a alteração porque isso afetaria a financeira que, não sendo parte no processo, não poderia ser afetada pelo que viesse a ser aqui decidido.

Quanto aos danos materiais, não os tenho configurados, especialmente no importe de R\$ 4.816,00.

Danos dessa natureza afetam o patrimônio de seu titular que resta então diminuído e necessita da correspondente recomposição.

No caso dos autos, não detecto a partir do relato da autora que ela tivesse arcado com prejuízo de tal ordem no patamar do que valeria a motocicleta dada à ré como parte do pagamento e que, por isso, já deixou de pertencer-lhe.

Por fim, quanto aos danos morais, sabe-se que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por ações inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que propiciem sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais, como preconiza a doutrina sobre o assunto:


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimentos, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.”* (SÉRGIO CAVALIERI FILHO *in* “Programa de Responsabilidade Civil”, Ed. Malheiros, 2004, p. 98).

*“Propugnar pela ampla ressarcibilidade do dano moral não implica no reconhecimento de todo e qualquer melindre, toda suscetibilidade acerbada, toda exaltação do amor próprio, pretensamente ferido, a mais suave sombra, o mais ligeiro roçar de asas de uma borboleta, mimos, escrúpulos, delicadezas excessivas, ilusões insignificantes desfeitas, possibilitem sejam extraídas da caixa de Pandora do Direito, centenas de milhares de cruzeiros.”* (ANTÔNIO CHAVES *in* “Tratado de Direito Civil”, Ed. RT, 1985, p. 637).

A jurisprudência caminha nessa mesma direção:

*“O mero dissabor não pode ser alçado a condição de dano moral. Indevido falar-se em dano moral presumido na hipótese dos autos. O aborrecimento do consumidor não induz automaticamente à indenização. Não há elementos nos autos aptos a atribuir relevância jurídica a este evento. O autor não sofreu prejuízo moral, humilhação, vergonha ou constrangimento públicos, tampouco houve inscrição em órgãos de restrição ao crédito” (...)* (STJ – REsp nº 905.289/PR – Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS – DJ 20.04.2007).

Assim, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração da autora podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais porque estão muito mais próximos dos entevos que corriqueiramente acontecem.

Deles não adveio, ademais, nenhuma outra consequência concreta que fosse tão prejudicial à autora, inexistindo comprovação segura de que a hipótese extravasou o âmbito do descumprimento de obrigação contratual.

Calha registrar por oportuno o teor da Súmula nº 06 editada pelo Colendo Conselho Supervisor do Sistema de Juizados Especiais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *verbis*:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*"Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais".*

Essa regra tem lugar aqui, de modo que não vinga esse pedido da autora.

Nem se diga que a suposta negativação da autora modificaria esse cenário, porquanto o documento de fl. 21 não a patenteia, circunscrevendo-se a mero comunicado de abertura de cadastro sem notícia de que se tivesse concretizado.

Por tudo isso, e a despeito de como se deram os fatos trazidos à colação, a conclusão é a de que as postulações da autora não podem prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**